



Bracara Augusta – a grande plataforma viária do Noroeste da *Hispania* Francisco de Sande Lemos

1

Introdução

Augusto, na segunda década a. C, na sequência das campanhas de pacificação do Norte da Península Ibérica, fundou três cidades, às quais associou o seu próprio nome:

- *Asturica Augusta*
- *Bracara Augusta*
- *Lucus Augusti*

Destas três novas urbes apenas no caso de *Bracara Augusta* o nome do imperador surge ligado a um povo indígena – os *Bracari* – pormenor que não tem sido suficientemente destacado pela bibliografia. A designação, atribuída a uma cidade estabelecida *ex novo*, expressa a aliança política entre o novo poder romano e um dos mais importantes povos do noroeste, cujos aglomerados populacionais tinham alcançado um elevado grau de complexidade. De facto, nem em redor de *Lucus*, nem de *Asturica*, se regista a mesma densidade de grandes povoados da Idade do Ferro, como na área próxima de *Bracara*: Castro Máximo; Monte das Caldas; Monte

Redondo; Santa Marta das Cortiças (ou Falperra); Castro das Eiras; Sabroso, Citânia de Briteiros. Todos estes castros, localizam-se numa área que não excede uma distância de 10 Km, em relação a *Bracara*.

Quanto às outras duas urbes, o nome *Asturica* tem origem no rio *Astura* (Esla), e a palavra *Lucus* deriva de bosque sagrado ².

Asturica Augusta inseria-se no cruzamento entre um caminho de raízes proto-históricas, que atravessava a península de sul a norte, a Via da Prata, e outro grande eixo de circulação, ao longo da Meseta Norte, no sentido transversal.

Bracara Augusta é fundada na junção do mesmo eixo leste – oeste, corredor natural do norte peninsular, com outro caminho tradicional sul – norte, a Via Atlântica. Por outro lado, embora sendo a urbe mais distante da capital da província, *Tarraco*, ficava junto ao oceano.

Há, ainda, outro aspecto a destacar: é a cidade do Noroeste peninsular que se encontra mais próxima das grandes urbes da *Lusitania*: *Emerita* (Mérida – capital da província), de *Scallabis* (Santarém – sede de *conventus*) e de *Olisipo* (grande cidade portuária).

Bracara Augusta era, pois, um nó estratégico e rodoviário, de onde irradiavam uma série de itinerários e vias principais que a ligavam a *Tarraco*, a *Emerita*, a *Scallabis*, a *Olisipo*, a *Lucus*, a *Asturica* (fig. 1).

Em articulação com estas grandes vias, existia uma rede de estradas secundárias que se dirigiam para os diferentes aglomerados do *conventus Bracarum*, para as sedes de *civitates*, sob a sua jurisdição, e para a densa rede de *vici*, dependentes de cada *civitas*.

Para além destas duas grelhas de vias, a um nível inferior, havia uma terceira malha de caminhos que conduziam para as *villae* e para os campos adjacentes (*agri*) de *Bracara Augusta*.

Apesar das múltiplas referências à rede viária de *Bracara Augusta* falta uma análise pormenorizada da forma como se articulava a cidade com

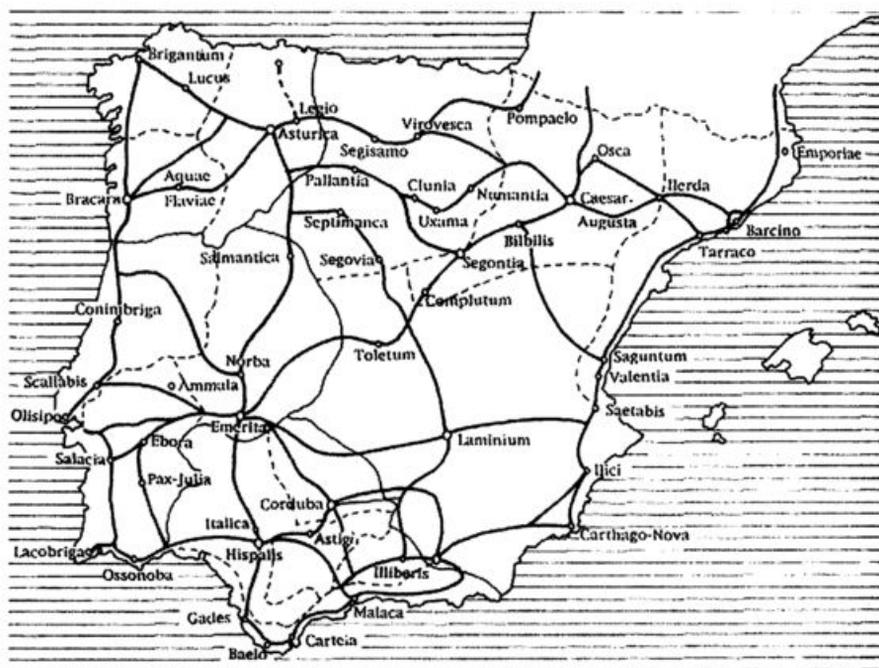


Fig. 1 – Rede viária romana da Península Ibérica (reproduzido de Raymond Chevallier, *Les Voies Romaines*).

essa tripla grelha de caminhos, lacuna que pretendemos colmatar, provisoriamente, com este texto. Sublinhamos que a ideia de organizar esta conferência, e de escrever este artigo, nasceu do acompanhamento da abertura da Variante à EN-14, trabalho que permitiu descobrir e estudar os eixos viários integrados no cadastro que envolvia a cidade romana³.

2 Bracara Augusta – centro viário

As vias principais eram mantidas pelos legados do poder imperial e integravam-se no chamado *Cursus Publicus*, que garantia o correio oficial, a segurança, o bom funcionamento dos caminhos. O *Cursus Publicus* era materializado por:

- *mansiones* (locais de pernoita e descanso);
- *mutationes* (locais de mudas de equipagens)
- *stationes* (locais de controlo)
- marcos, ou padrões, que indicavam as distâncias (miliários).

Para compreender a importância de *Bracara Augusta* como centro viário é indispensável esclarecer a diferença de conceito entre itinerários e vias.

Por exemplo o itinerário entre *Olisipo* e *Bracara* era formado por um conjunto de vias específicas, uma das quais era a via *Bracara – Cale*, ou seja entre a capital do *conventus* e o seu principal porto. De facto, nos miliários desta via, nas epígrafes onde é possível ler as últimas linhas da inscrição, estas indicam *Bracara*, assinalando, também, as distâncias em relação à urbe.

Deste modo, todos os miliários, nas vias dependentes de *Bracara Augusta*, referiam-se a esta cidade.

Podia verificar-se uma interrupção, como na zona de influência de *Aquae Flaviae* (Chaves) (*Via Bracara Asturicam*). Porém, logo adiante e mais para leste, a contagem volta a ser referida à urbe bracarense, como se comprova a oriente de *Aquae Flaviae*, nos miliários de Lama de Ouriço (Magnêncio), Vilarandelo (Caracala) e Poçacos (Magnêncio), de acordo com a leitura de A. Rodríguez Colmenero (1997).

Aliás, no quadro da rede viária estatal, dependente de *Bracara*, regista-se uma invulgar densidade de miliários, única na Península Ibérica. De facto, se observarmos o mapa com os limites dos três *conventus* do Noroeste, verifica-se que este elevado número de miliários coincide com a área do *conventus* de *Bracara Augusta*, regredindo, abruptamente, para lá das fronteiras do território sob controlo directo desta urbe. Por exemplo, ao longo da *Via Nova* (Geira), entre Braga e a Portela do Homem, num percurso de trinta e quatro milhas, já foram identificados quase cem marcos. Daí em diante, no trajecto em terras da Galiza, até *Bergidum Flavium* (Ponferrada), apenas se registaram 53 (Caamaño Gesto 1995/1996).

Na via *Bracara a Asturica* (por *Aquae Flaviae*) em território bracarense estão registados 42 miliários. Em território asturicense (ou seja a partir dos limites ocidentais da Serra da Nogueira, excluindo assim os 2 marcos de Lamalonga), apenas 10.

Para a excepcional densidade de miliários, no *conventus* de *Bracara*, ainda não foi proposta uma justificação plausível. Os mais antigos foram erigidos sob o reinado de Augusto. Os mais tardios datam do século IV: Valentiniano (364-375).



Fig. 2 – Miliário da Ponte do Arquinho (actualmente em Vale de Telhas, Mirandela).

Alguns dos miliários revelam, expressamente, o cuidado em manter a rede viária e as obras de arte. O texto do padrão dos imperadores Maximino e Máximo⁴ (séc. III: 235- 238 d. C.) (fig. 2), encontrado na ponte romana de Arquinho (Poçacos – Valpaços), na zona oriental do *conventus* de *Bracara Augusta*, é elucidativo:

- IMP(erator) CAES(ar) C(aius) IV[lius]
- VERVS MAXVMINVS P(ius) F(elix) AVG(ustus)
- GER(manicus) M[A]X(imus) [S]A[RMATICVS] M[A]X(imus)
- PONT(ife) M[A]X(imus) TR(ibunicia) P(otestate) V I[M]P(erator) VII P(ater) P(atriciae) CO(n)S(ul)
- P(ro)CO(n)S(ul) C(aius) IV[L](ius) VERVS MAXVMVS [NOB]ILIS-SIMVS CAES(ar) G[E]R(manicus) M[A]X(imus)
- SAR(maticus) MAX(imus) PRINCEPS IVENTVTIS
- F(ilius) N(ostri) IM[P](erator) [C]AES(aris) G(a) IVL(i) VERI
- MAXIMINI P(ii) F(elicis) AVG(usti) VIAS E[T] PONTES [TE]MPORIS VETVSTATE
- [C]ONLAPSOS RESTITVERE [C]VRARVNT
- Q(uinto) DECIO LEG(ato) AVGG(ustorum) P(ro) P(raetore) [C(larissimo) V(iro)]

Esta inscrição pode ser lida da seguinte maneira, segundo Rodriguez Colmenero (1997):

O imperador Caio Vero Júlio Maximino, Pio, Feliz, Augusto, Germânico Máximo, Sarmático Máximo, Pontífice Máximo, com a quinta potestade tribunicia, imperador pela sétima vez, pai da pátria, cônsul.

Proconsul Caio Júlio Vero Maximo, Nobilíssimo César, Germânico Máximo, Sarmático Máximo, Príncipe da Juventude, filho do nosso Imperador Caio Vero Júlio Maximino, Pio, Feliz, Augusto, cuidaram de restaurar as vias e as pontes arruinados pelo tempo, sendo legado o propetor dos augustos, Quinto Décio, ilustre varão.

Foram registados três miliários, com inscrições idênticas, ou semelhantes, no trajecto da via *Bracara* a *Lucus*, em Correlhã e Bertandos, no concelho de Ponte de Lima, e em Rubiães (Paredes de Coura) (Capella 1987).

Na *VIA NOVA* encontraram-se quatro marcos, também com a mesma inscrição: Bouça do Gavião; Volta do Covo; Albergaria e Portela do Homem (Capella 1987).

Alain Tranoy (1995/96) explica a abundância de marcos pela relevância que assumem as vias no exercício do poder imperial, no ordenamento do território e na difusão do urbanismo. Nesta perspectiva sublinha que, dos quatro sítios do Noroeste citados por Ptolomeu como *Fora*, três articulam-se com a *VIA NOVA: Forum Bibalorum; Forum Limicorum (conventus bracarum)* e *Forum Gigurrorum (conventus asturum)* (Tranoy 1995/96).

José de Encarnação (1995/96) aponta a função dos miliários como suportes de informação e propaganda, incluindo-os no culto ao imperador.

De qualquer modo, não é possível ligar esta abundância de miliários a um determinado contexto histórico, como por exemplo a elevação de *Bracara* a capital da *Gallaecia*. De facto, no vasto grupo de miliários, catalogados na área do *conventus bracarum*¹ existem marcos com inscrições de todas as dinastias imperiais, tanto dos séculos I a III, como do Baixo Império.

Consideramos que esta excepcional densidade de miliários evidencia a especial ligação entre os *Bracari* (também vincada no nome da cidade, como já destacámos) e o Imperador, a par da importância de *Bracara*, como nó viário do Noroeste Peninsular e núcleo difusor do urbanismo.

Grande parte destes marcos conserva-se junto ao traçado das diversas vias.

Outros têm sido agrupados em colecções, como o conjunto inicialmente criado pelo arcebispo D. Diogo de Sousa e que se encontra representado no mapa de Georg Braun de 1594. Esta série foi ampliada ao longo dos séculos seguintes, por iniciativa de outros bispos bracarenses. A colecção integra, actualmente, o acervo do Museu de D. Diogo de Sousa, entidade que possui a mais completa série de miliários da Península Ibérica (ao todo 36). Curiosamente, neste conjunto, está bem representada a sequência das principais dinastias que dominaram o Império, ao longo dos séculos.

3

As vias estatais relacionadas com *Bracara Augusta*

Partiam de *Bracara Augusta* as seguintes vias:

- de sul: ***Bracara – Cale*** (Itinerário *Osilipo – Bracara*);
- de sudeste: ***Bracara*** – rio Douro (Itinerário para *Emerita*);
- de leste: ***Bracara – Asturica Augusta*** (por *Aquae Flaviae*);
- de nordeste: ***Bracara – Asturica*** (por *Bergidum Flavium*);
- de norte: ***Bracara – Lucus Augusti*** (por *Limia* e *Tude*);
- de oeste: ***Per Loca Maritima***.

O trajecto entre *Bracara* e *Cale* foi estudado por Vasco Mantas (1996) e está bem definido (embora a cartografia à escala 1: 250 000, sem curvas de nível, seja algo esquemática).

O itinerário entre *Bracara* e *Emerita* nunca foi objecto de um estudo específico, apesar dos múltiplos vestígios disponíveis. Entre *Bracara* e Caldas de Vizela o traçado não suscita grandes dúvidas, embora se registre apenas um miliário, o que contraria a manifesta importância do caminho e a habitual densidade de marcos do *conventus*. Caldas de Vizela (*Oculis Calidarum*) foi um importante núcleo urbano, possível sede de *civitas*, ou pelo menos um grande aglomerado secundário, com funções de *mansio* e estabelecimento termal. Numa área densamente povoada, entre Vizela e o Douro temos de considerar a existência de diversos percursos alternativos, que irradiavam de *Oculis Calidarum*. Destes o principal seguia para *Tongobriga* e desta *civitas* para Caldas de Aregos, onde o rio Douro era transposto, em direcção a Viseu. O traçado do itinerário de *Bracara* a *Emerita* pelas Beiras tem sido estudado por inúmeros autores. Falta, no entanto, uma monografia específica.

O trajecto da via XVII (*Bracara, Salatia, Praesidium, Caladunum, Aquae Flaviae, Pinetum, Roboretum, Compleutica, Venatia, Petavionum, Argentiolum* e *Asturica*), o mais extenso em território português, tem sido analisado por diversos investigadores. Remetemos para a síntese mais recente, que elaborámos, com base na dissertação de doutoramento (Lemos 1993) e em prospecções realizadas em 2001 (no prelo ⁵).

O percurso da via XVIII, na área próxima de *Bracara Augusta* está bem definido: Largo de S. Francisco; Rua dos Chãos; Rua de S. Vicente e Areal. Da capela das Sete Fontes descia até Adaúfe por um tramo ainda bem conservado. De Adaúfe dirigia-se para as margens do Cávado, onde o rio seria transposto por barca, em Ancêde. Daqui a *Via Nova* cruzava o vale do Cávado (margem norte), subia a Santa Cruz, encostava-se aos contrafortes meridionais da Serra de Santa Isabel e entrava na Serra do Gerês por Covide. Depois continuava ao longo do vale do rio Homem até à Portela do Homem, de onde descia para a Baixa Limia.

O trajecto da via entre *Bracara* e *Tude* foi estudado, nas suas linhas gerais por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1979), definindo um traçado que nos parece ser o mais lógico. Faltam uma descrição pormenorizada da via, bem como o levantamento cartográfico à escala 1: 25 000.

O percurso entre *Bracara* e o litoral (*Per Loca Maritima*) corresponde à estrada que tomou o nome de Caminho da Naia, na época medieval. O caminho contornava o Monte de S. Gregório, passava a sul do Castro do Monte das Caldas, e continuava sempre para oeste, segundo um traçado que a Estrada Nacional entre Braga e Barcelos adoptou muitos séculos depois. Admitimos que, depois da junção com a via secundária proveniente de *Cale* (Mantas 1996), na área entre S. Pedro de Rates e a Barca do Lago, inflectia para norte ao longo da costa.

4

As portas de *Bracara Augusta*

Quanto às portas de entrada (ou saída) das vias supramencionadas julgamos que é viável adiantar uma hipótese de conjunto, tendo em conta a malha urbana de *Bracara Augusta*, os achados de aras votivas, de miliários e a interpretação da fotografia aérea (fig. 3).

Também o seu traçado na área adjacente à urbe não oferece grandes dúvidas, depois de esclarecidos diversos equívocos.



Fig. 3 – As portas de Bracara Augusta.

Da porta sul (fig. 3, 1), próximo da Rua dos Pelames, ou de S. Geraldo, começava a via que se dirigia pela veiga de Lomar, continuando para *Cale* (o porto da *Callaecia*) e daqui para *Olisipo*. Em muitos textos o início desta via é localizado na porta oeste. Recordamos que o miliário de Adriano com a indicação de XXXV milhas a *Cale* estava recolhido no antigo colégio de S. Paulo, ou seja junto à porta sul da cidade medieval. Tem lógica que da porta sul da cidade romana partisse a via para *Olisipo*. Também faz sentido que o miliário tivesse sido deslocado da saída romana para a zona da porta sul medieval, ou seja a Torre de Santiago, junto à qual ficava o citado colégio.

Da porta oeste (fig. 3, 2), situada no Largo Beco (Maximinos) partia o caminho que seguia para o litoral.

Na porta Norte (fig. 3, 3), que talvez se localizasse entre o Largo João Peculiar e a Rua Frei Caetano Brandão, começava a via que levava a *Limia*, *Tude* e *Lucus Augusti*. No edifício da Câmara Municipal, em 1988, por ocasião de umas obras, foi achado, sob uma soleira de porta, um fragmento de miliário, o qual poderá corresponder à milha O. Este caminho inflectia para leste, em direcção à Ponte do Prado.

A porta nordeste (fig. 3, 4) situava-se na zona do Largo de S. João do Souto, de onde arrancava a *VIA NOVA*. Seguiu pela rua de Janes, pela zona do antigo Castelo e pelo Largo de S. Francisco, sempre em direcção ao vale do Cávado, conforme referimos.

A porta leste (fig. 3, 5) ficava no largo Carlos Amarante, a sul da Igreja de Santa Cruz. Daqui saía o caminho em direcção a *Aquae Flaviae* e *Asturica Augusta*.

Na porta sudeste (fig. 3, 6) abria-se a via que conduzia para Caldas de Vizela e à zona meridional do *conventus*. Esta porta situava-se na parte norte da Quinta do Fujacal. Embora ainda não tenha sido possível localizá-la com segurança, abonam a favor desta hipótese os seguintes dados: dois grandes blocos encontrados no derrube da muralha (um deles com três letras: R I O; e outro com duas: R E) e que integravam, por certo, uma inscrição monumental; a necrópole alto-imperial do jardim da sede da Santa Casa da Misericórdia, ou de S. Lázaro; a ocorrência de um grande número de fragmentos de ânforas (vários milhares), recolhidos nas sondagens junto à muralha romana.

5

Os Lares Viales

Em cada uma destas portas deveriam existir altares semelhantes ao que foi achado em 1994 no largo de S. Francisco (fig. 4), dedicado ao Deuses

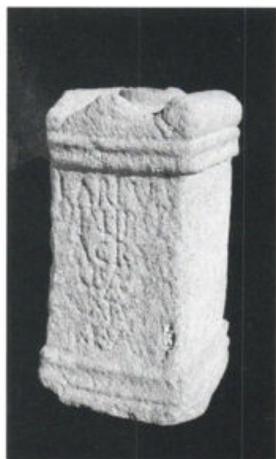


Fig. 4
Ara aos Lares Viários (Largo de S. Francisco – Braga).



Fig. 5
Ara aos Lares Viários (Braga?).



Fig. 6
Ara a Mercúrio (Cerca do Seminário de Paulo – Braga).

Viários (*Lares Viales*), protectores dos viandantes. Esta ara está relacionada com a *VIA NOVA*, ou Geira.

Nestes altares realizavam-se cerimónias destinadas a pedir a protecção divina para quem se preparava para uma longa viagem até *Bergidum*, ou *Asturica*.

Para além da ara descoberta no Largo de S. Francisco, foram recolhidas em Braga, outras duas epígrafes do mesmo tipo, embora se desconheça o contexto exacto da sua descoberta. Estas duas aras integravam a colecção episcopal de epígrafes, tendo uma delas desaparecido, enquanto que a outra faz parte do acervo do Museu de D. Diogo de Sousa (fig. 5). Por se desconhecer a origem, na sua dissertação de doutoramento sobre o Itinerário *Olisipo – Bracara*, Vasco Mantas (1996) contesta que possam ser de *Bracara* – urbe, sem, contudo, expor argumentos decisivos. Em nosso entender, a descoberta da ara do Largo de S. Francisco, posterior à redacção do trabalho de Vasco Mantas ⁶, sugere precisamente o contrário. Assim, *Bracara Augusta* será um dos núcleos urbanos do Noroeste Peninsular onde foram achadas mais aras aos deuses viários. Estamos, deste modo, perante mais um indicador reforçando a hipótese que sustentamos

sobre o valor estratégico da cidade, no contexto do noroeste peninsular. Curiosamente, ainda que na zona do *conventus* de *Lucus Augusti* o número de altares aos deuses viários seja superior ao do território de *Bracara*, naquela urbe apenas se registou o achado de uma única ara deste tipo (Rodríguez Colmenero 1995).

Alain Tranoy (1981) relaciona a alta percentagem de aras aos deuses viários, descobertas no Noroeste, com a importância das vias na romanização da finisterra hispânica.

Ainda no quadro das aras votivas relacionadas com a rede viária é oportuno lembrar que foi encontrada no muro da Cerca do Seminário de Santiago um fragmento de uma epígrafe dedicada a Mercúrio, divindade protector dos viandantes, entre outros atributos (fig. 6). Ora o referido muro situa-se junto da saída da via que conduzia para *Aquae Flaviae* e *Asturica Augusta*, pelo que o contexto do achado é elucidativo. Por outro lado, num recente texto Rui Morais (2002) ilumina, com mestria, o significado de um tesouro descoberto, no século XVIII, nos terrenos do Convento da Imaculada Conceição. Desse tesouro apenas resta uma descrição em texto, pois que foi fundido. Com base nesse texto e recorrendo a vários paralelos, Rui Morais identifica as peças. Entre estas havia uma estátua de Mercúrio. Ora, como já referimos, a porta sul da urbe ficava no extremo sudeste dos terrenos deste Convento.

6

A rede viária e o litoral atlântico

A importância de algumas das vias que partiam de *Bracara Augusta* era reforçada pela sua ligação com o intenso tráfico marítimo ao longo da costa atlântica da Península.

A foz do rio Douro, a do Ave e a do Cávado foram locais de transbordo de mercadorias de mais diversa espécie, as quais, em menos de 24 horas, estavam na cidade bracarense, quer fossem transportadas pelos caminhos terrestres, quer por via fluvial, ao longo dos cursos do Ave e do Cávado. A análise das distâncias entre *Bracara Augusta* e os portos que se localizavam nas desembocaduras dos rios Douro, Ave e Cávado é reveladora

da importância da cidade de Braga, no tráfego marítimo, ainda que não fosse um porto (fig. 7):

- de *Bracara* à foz do Cávado: 20 Km;
- de *Bracara* à foz do Ave: 35 Km;
- de *Bracara* à foz do Douro: 50 Km.

Aliás, convém referir que na época romana a linha de costa era muito mais recortada do que a actual. Por outro lado, os portos marítimos de *Bracara Augusta* ficavam no ponto da costa atlântica onde os navios estacionavam,

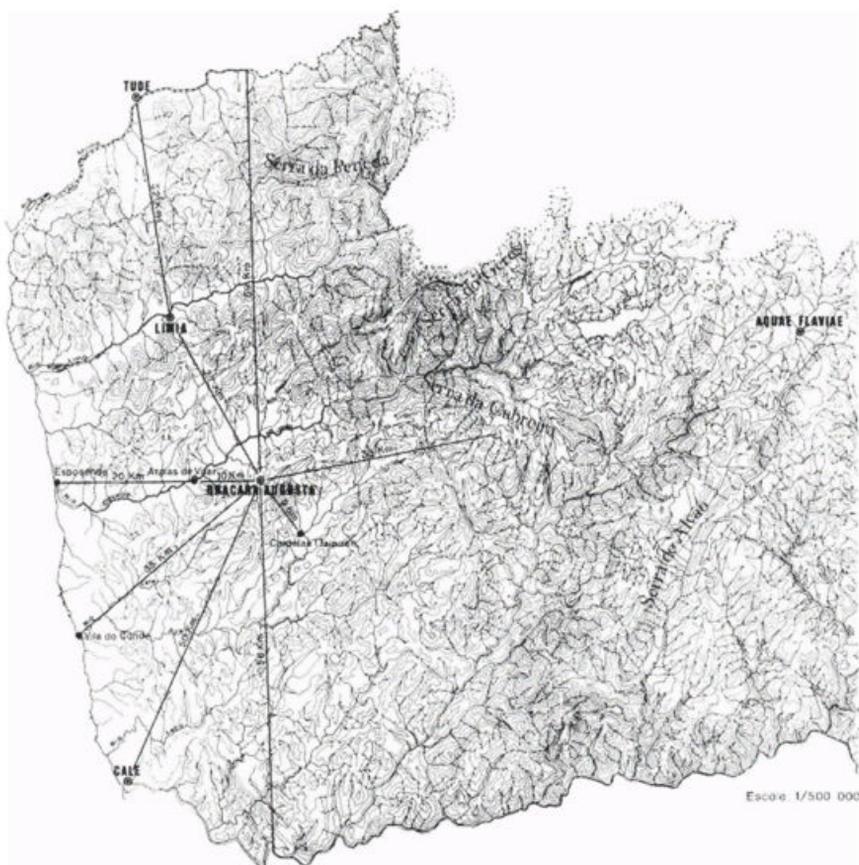


Fig. 7 – Bracara Augusta e os seus portos marítimos: foz do Cávado, Ave e Douro.

antes de tomarem a forte corrente que os conduzia até ao porto de Corunha. Daqui seguiam para a Bretanha, ou para a Gália.

Quantos aos portos fluviais de Braga, localizavam-se, conforme já referimos noutro artigo (Lemos 1999), em Areias de Vilar (Rio Cávado) e em S. João da Ponte (Rio Ave). Não terá sido por acaso que, no âmbito da reorganização territorial do reino astur-leonês, se instalaram, próximo do antigo porto fluvial do Cávado, o mosteiro de Vilar de Frades (primeira referência: século XI) (Costa 1997) e, junto ao do Ave, o de S. João da Ponte (primeira referência : século X) (Costa 1997). Todavia, enquanto que o mosteiro de Vilar de Frades iria prosperar na época românica e na Idade Moderna, o *cenobium* de S. João da Ponte não se consolidou como entidade durável.

7

Viae vicinales e privatae

Para além das grandes vias e dos trajectos fluviais relacionados com *Bracara Augusta*, descobertas recentes revelam que inúmeros outros caminhos divergiam da urbe romana, em direcção aos *vici* e *villae*, que circundavam a cidade, atravessando os campos de cultivo, que garantiam o abastecimento da urbe, com produtos frescos.

A análise da fotografia aérea permitiu identificar algumas da *viae vicinales* que se dispunham de acordo com um padrão regular, geométrico, conforme à divisão cadastral do território adjacente à urbe.

Por outro lado o acompanhamento da abertura da variante à EN-14, entre Celeirós e a Estação de Caminhos de Ferro de Braga, permitiu detectar diversas *viae privatae*. A sudoeste da Estação de Caminho de Ferro de Braga foi detectada uma *via privata*. Outras duas foram identificadas, na área da Cerca do Mosteiro da Visitação. As sondagens realizadas, com recolha de abundante cerâmica, demonstram que esses caminhos foram construídos no século I e que perduraram até aos séculos V/VI, conforme veremos mais adiante.

7.1

Viae vicinales

Os caminhos vicinais formavam, uma malha muito fina. Ligavam entre si as sedes de *civitates*, bem como os aglomerados secundários, designadamente os *vici*. A sua manutenção deveria estar cargo das *civitates* ou de magistrados dos *vici*.

Para o território adjacente a *Bracara Augusta* o fotograma do voo RAAF de 1946 faculta uma leitura imediata da sequência de grandes eixos paralelos ao *cardus maximus* da urbe, no espaço a leste da cidade, ao longo de quase dois quilómetros (fig. 8). Pensamos que estes eixos se inseriam no âmbito dos caminhos vicinais, fossilizados em cangostas que sobreviveram até às décadas de 40 e 50 do século XX, como por exemplo a das Gavieiras (actual Avenida 31 de Janeiro), ou a dos Torneiros (actual Rua Bernardo Sequeira). Este último divergia para sul da via *Bracara a Asturica* (XVII), junto à igreja de S. Vítor.

Em abono desta hipótese podemos citar um documento do século X, transcrito pelo Cónego Avelino Jesus da Costa (1997): «*villam que est juxtam fluvium Aleste...ubi ecclesiam Sancti Victor, cum vicis suis, id est: Efigies, Murgotos, Palatium et per terminos de Lamazares*».

Todavia, como é óbvio, não só em redor de *Bracara* existiam caminhos *vicinales*.

Por exemplo, entre *Limia* (*mansio* da via XIX) e *Aquis Querquernis* (*mansio* da via XVIII) dispunha-se ao longo da margem sul do rio Lima, um caminho romano, com o qual se articulavam diversos *vici*. O tramo deste caminho, na actual freguesia de Lindoso, foi estudado, em pormenor, por Luís Fontes que procedeu a escavações num dos *vici*, no sítio do Cabeço Leijó. Este *vicus* fica a dois terços de distância entre *Limia* e *Aquis Querquernis*, pelo que poderá ter funcionado como *mansio*.

Do *Castellum* de Lanhoso, nó estratégico que dominava o trajecto da via *Bracara – Aquae Flaviae*, partiam pelo menos duas *viae vicinales*. Uma descia a S. João do Rei, um possível *vicus*, onde foi achada uma ara a

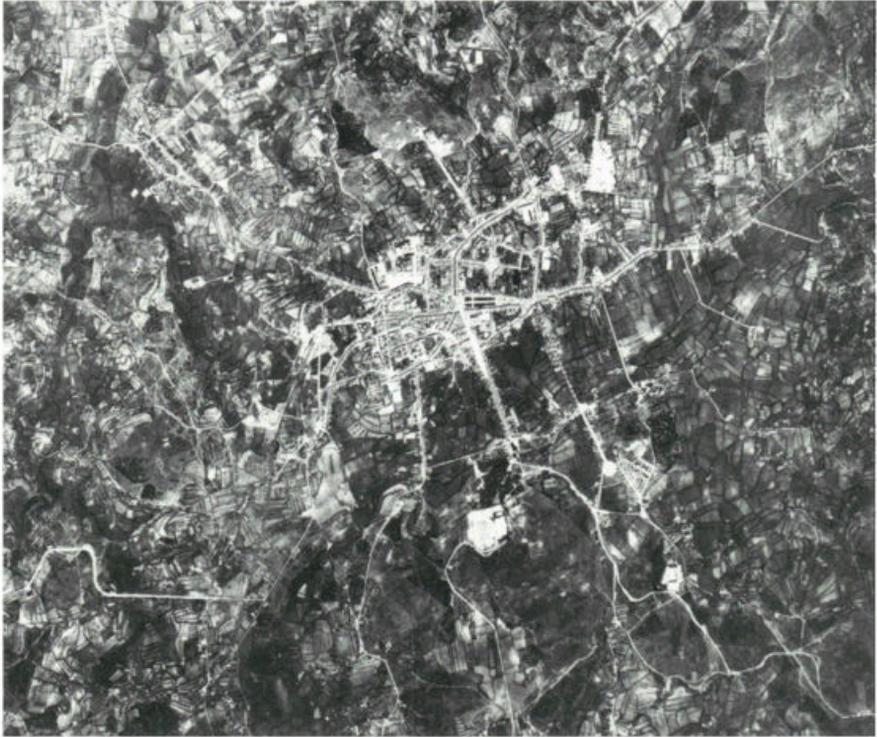


Fig. 8 – Fotografia aérea de Braga – 1947.

Júpiter e um tesouro monetário tardio (Martins 1990). Desse *vicus* o caminho seguia ao Cávado, onde existiria uma passagem, em local que desconhecemos. A outra via dirigia-se para sudeste, para o rio Ave, inflectindo ao longo do vale (margem direita) até entroncar, a jusante das Taipas, na via entre *Bracara* e *Emerita*.

Poderíamos citar muitos outros exemplos de *viae vicinales*.

Estes caminhos podem, por vezes, confundir-se com *deverticula* de vias principais. Para evitar tais equívocos é necessário um bom conhecimento da geomorfologia, bem como da malha do povoamento romano. Todavia, se adoptarmos como princípio que a rede viária romana obedecia a uma lógica geométrica, não é difícil separar os caminhos vicinais dos *deverticula*.

Esperemos que, num futuro próximo, seja elaborada a cartografia da rede viária secundária do *territorium* de *Bracara* (*civitas*).

7.2

*Viae privatae*⁷

Esta designação consta dos textos antigos. A sua manutenção estava a cargo dos proprietários das *villae* a que davam acesso. Julgamos que podem ser incluídos nesta categoria os seguintes caminhos:

7.2.1. Calçada identificada na Rua Capitão Alberto de Matos (a sudoeste da Estação de Caminho de Ferro de Braga) (fig. 9).

Esta calçada foi descoberta no corte leste da variante à EN-14. A fim de se determinar a sua cronologia realizou-se uma breve intervenção, distin-

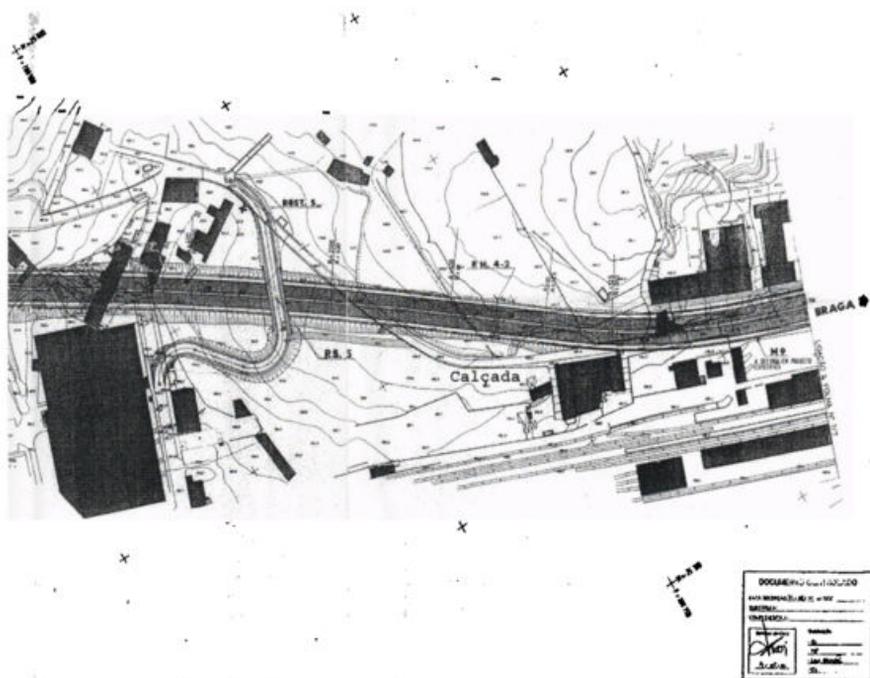


Fig. 9 – Local onde foi identificada a Calçada da Rua Capitão Alberto de Matos, Braga.

guindo-se quatro unidades estratigráficas: terra vegetal, correspondente ao uso do terreno como espaço agrícola; o nível sobre a calçada; a calçada propriamente dita; e o estrato subjacente. O pavimento desta calçada era formado por uma amálgama de pedra miúda e fragmentos de tijoleira, ou tégula, mais ou compactados, assente na arena granítica (fig. 10 e 11). Apresentava uma largura de pelo menos 3 metros. Quanto à sua extensão, na área escavada, registou-se um valor de quase nove metros. Contudo, a via prolonga-se, sob o solo vegetal, nos dois sentidos, sendo observável nos cortes abertos pela variante.

Na desmontagem do pavimento (complexo =002=) foi recolhido o seguinte material:

- diversos fragmentos de cerâmica comum de tradição indígena, datável do século I;
- *terra sigillata* hispânica da primeira metade do século II;
- um fragmento de lucerna de bico, atípica (Walters 107), datável do século III, inícios do IV;
- um fragmento de vidro do século IV;
- 1 anel em bronze;
- duas moedas de bronze ⁸.

Ou seja um amplo espectro cronológico que inviabiliza uma cronologia fina. No nível subjacente à calçada, formado por areias de alteração do substrato granítico, não se recolheram materiais. Considerando, todavia, o tipo de estrutura, um caminho, habitualmente sujeito a sucessivas reparações, à semelhança do pavimento das ruas descobertas na área urbana de *Bracara Augusta*, pensamos ser possível afirmar que este caminho foi aberto no século I e utilizado até ao período tardo-romano.

A confirmar a hipótese da abertura inicial do caminho datar do século I, temos os dados das outras vias descobertas mais a norte, de que adiante trataremos.



Fig. 10 – Imagem do pavimento da Calçada da Rua Capitão Alberto de Matos. Perspectiva de norte para sul.

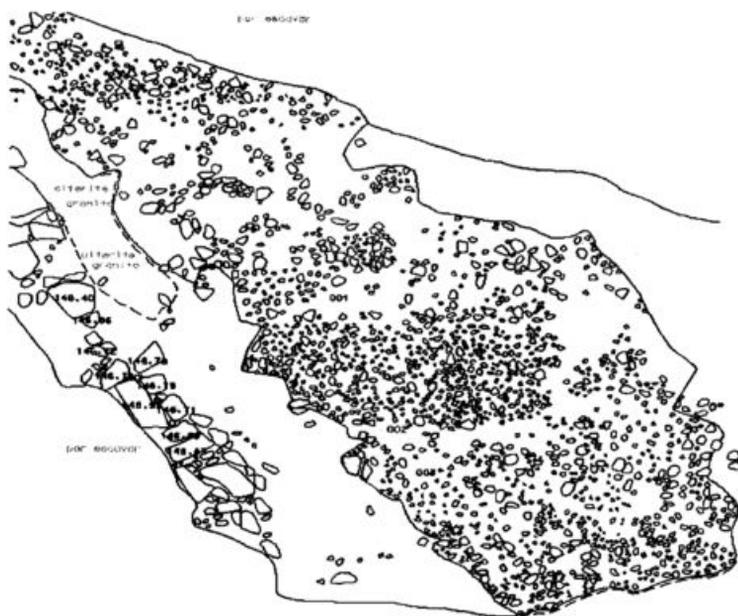


Fig. 11 – Desenho do pavimento da Calçada da Rua Capitão Alberto de Matos.

No lado norte da calçada registaram-se indícios de um arranque de um muro que, aparentemente, a delimitava; no lado oposto não foi encontrada nenhuma estrutura do mesmo tipo.

A calçada estava orientada leste-oeste, observando-se, no corte da abertura da variante, no lado oposto, a sua continuidade. De acordo com a orientação do seu traçado, esta calçada conduzia a três importantes sítios arqueológicos, situados na freguesia de Semelhe: o Monte de Cones (*villa*); Santarão (*villa*) e Senhor dos Lírios (templo?), que correspondem aos números 100, 101 e 102 do inventário arqueológico do concelho de Braga, elaborado por Luís Fontes (1994). Resta acrescentar que esta calçada não é observável no fotograma do voo RAAF, dos anos 40.

7.2.2. *Viae* identificadas nos terrenos do Mosteiro da Visitação.

No acompanhamento da abertura da mesma variante, no tramo projectado entre a Rua da Estação e a Via de Circulação Interna (Avenida António Macedo), ou seja em terrenos que integravam a propriedade do Mosteiro da Visitação foram localizados os restos de duas *viae*, ortogonais entre si (fig. 12).



Fig. 12 – Localização das *viae* identificadas no Mosteiro da Visitação: A e C; NO 1-6.

Convém referir que a ordem pela qual são adiante descritas não corresponde à ordem da descoberta. De facto, primeiro foi detectada a via que se dirige para ocidente. Logo a seguir a via sudeste – noroeste. Ora, sendo manifesto que a primeira arrancava da segunda, ou seja que esta última seria um eixo mais importante, julgamos mais elucidativo começar por descrever os resultados do estudo do caminho orientado a noroeste.

O eixo, que consideramos como mais importante, estendia-se por mais de 24 metros, com orientação sudeste – noroeste, ou seja o mesmo da malha urbana de *Bracara Augusta*. Todavia, o estado de conservação era irregular, com zonas onde apenas sobreviveram médias ou pequenas manchas do pavimento, a par de outras em que estava totalmente destruído. Este era formado por pedra miúda e por abundantes fragmentos de tijoleira e tégula. Estimamos a sua largura em cerca de 4 metros. Considerando que uma medida exacta não é fácil de obter, julgamos que obedecia aos padrões romanos, ou seja três passos, o equivalente a 4,5 metros (fig. 13).



Fig. 13 – Mosteiro da Visitação: imagem dos restos do pavimento do caminho sudeste-noroeste.

Complexo =006=

- 1 fragmento de fundo de *terra sigillata* sudgálica (século I?)
- 4 fragmentos de asa de rolo (século I);
- 2 fragmentos de talha;
- 31 fragmentos de cerâmica comum grosseira do Alto Império
- 1 fragmento de asa com aguada vermelha (Alto Império)
- 3 fragmentos de cerâmica comum fina alto-imperial.

Numa das valas que ladeavam a via, e que supomos terem sido abertas para facilitar a drenagem das águas pluviais, foi recolhido o seguinte material (complexo =003=):

Complexo =003=

- 1 fragmento de *terra sigillata* sudgálica (meados do século I?);
- 1 fragmento de uma grande bacia muito micácea (séc. I);
- 1 fragmento de grande bacia (século I);
- 1 fragmento de asa de rolo com aguada vermelha micácea (século I);
- 1 fragmento de asa de fita com aguada (século I);
- 1 fragmento de ânfora lusitana alto-imperial;
- 1 fragmento de ânfora bética de *garum* (Alto-Império);
- 1 fragmento de parede de ânfora Haltern 70.

Na vala do lado oposto (nascente), numa cova aberta no saibro, adjacente à vala, foi registado o seguinte espólio:

Complexo =008=

- 15 fragmentos de cerâmica comum alto-imperial

A calçada assentava sobre a arena granítica.

Os vestígios da segunda via, dispunham-se, numa orientação perpendicular à primeira (fig.15 e 16). O seu estado de conservação era mais frágil. Para determinar a sua cronologia foram definidas duas valas de 4 por 4 metros: A2 e C2. A sequência estratigráfica apurada é semelhante à do caminho sudeste – noroeste, observando-se, também, numerosas covas abertas na arena granítica, de dimensão variável. A análise dos materiais coincide com os resultados obtidos na outra via.

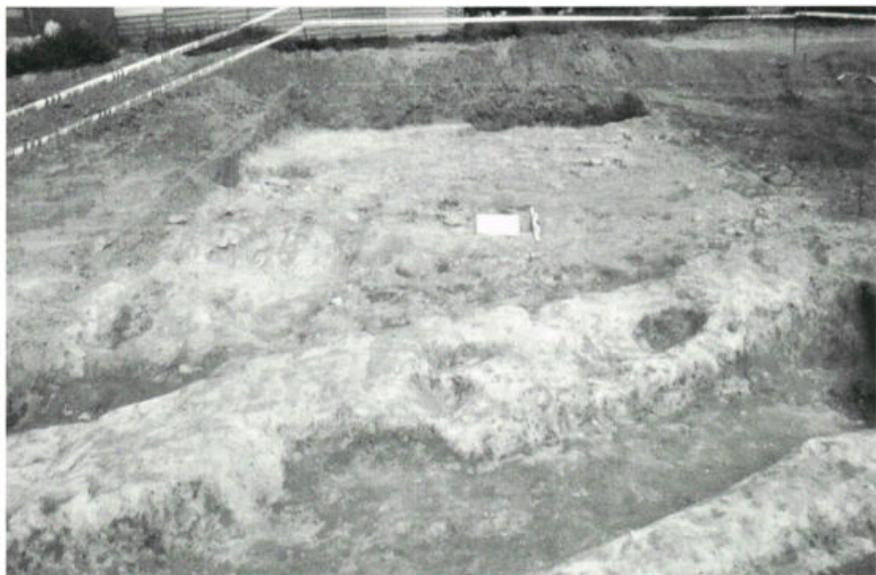


Fig. 15 – Mosteiro da Visitação: imagem do pavimento do segundo caminho, transversal (Sector A2). Plano final.



Fig. 16 – Mosteiro da Visitação: imagem do pavimento do segundo caminho, transversal (Sector C2). Plano final.

Sector A2:

Desmonte da calçada:

Complexo =002=

- 8 fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- 2 fragmentos de cerâmica comum romana alto – imperial;
- 6 fragmentos de paredes de ânforas Haltern 70.

Complexo =003=

- Diversos fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena
- 8 fragmentos de cerâmica comum romana
- 1 fragmento de ânfora Haltern 70;
- 1 fragmento de ânfora de tipo Rodea (Alto Imperial).

Complexo =004=

- 10 fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- 7 fragmentos de parede de ânforas Haltern 70;
- 1 fragmento de ânfora de *garum* da Bética.

Verificamos, pois, que neste sector A, nas três unidades estratigráficas (002, 003 e 004) relacionadas com o pavimento da calçada, apenas foram recolhidos materiais do Alto Império, que sugerem uma cronologia da primeira metade do século I.

Sector C2

Desmonte da calçada:

Complexo =002=

- Diversos fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- 6 fragmentos de parede de ânforas Haltern 70;
- 1 fragmento de fundo de ânfora da Bética.

Complexo =003=

- 3 fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- 2 fragmentos de ânfora.

Complexo =004=

- 20 fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- 2 fragmentos de cerâmica comum romana queimada;
- 1 fragmento de cerâmica comum romana com engobe vermelho;
- 1 fragmento de *terra sigillata itálica*, datável de finais do século I a.C. / inícios do séc. I;
- 1 fragmento de *terra sigillata sudgálica*, datável da 1.^a metade do século I;
- Vários fragmentos de ânfora Haltern 70;
- 1 fragmento de ânfora da Bética;
- 3 fragmentos de ânforas lusitanas.

Material recolhido em duas covas abertas no saibro, subjacentes à calçada:

Complexo =005=

- 10 fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- Vários fragmentos de ânforas Haltern 70;
- 1 fragmento de parede de ânfora lusitana.

Complexo =006=

- 5 fragmentos de cerâmica micácea de tradição indígena;
- 2 fragmentos de parede de ânfora Haltern 70.

Verifica-se assim que no sector C, tanto nas unidades equivalentes aos restos do pavimento da via (complexos 002, 003 e 004), como nas que correspondem a covas abertas no saibro (complexos 005 e 006) apenas se registam materiais da primeira fase da cidade, ou seja da dinastia júlio-claudiana. A par de alguns fragmentos de *terra sigillata* da primeira metade do século I, recolheram-se cerâmicas de fabrico local, de tradição indígena, com pastas micáceas. Estas cerâmicas têm sido encontradas nos níveis mais antigos da cidade romana, bem como em castros da zona envolvente. A ocorrência destas covas abertas na arena, umas com dimensões mais reduzidas (buracos de poste), outras maiores (destríticas?), levam-nos a considerar a hipótese de corresponderem a cabanas erguidas com materiais perecíveis, e dispostas ao longo dos caminhos. Podemos, mesmo,

supor que albergaram a mão de obra indígena, contratada, ou obrigada, a trabalhar nos primeiros programas urbanos de *Bracara Augusta*.

De acordo com a orientação do seu traçado, o caminho principal acima descrito, intervencionado no sector N/O, seria, no cadastro da urbe romana, um eixo que se dirigia para os *fundi* das *villae* de Coturela e de S. Frutuoso de Montélios, números 82 e 83 do inventário arqueológico elaborado por Luís Fontes (1994).

O caminho que levava, directamente, às supracitadas *villae* ficava mais a leste, de acordo com a projecção topográfica que aplicámos. Pudemos adiantar a hipótese do caminho principal, detectado nos terrenos do Mosteiro da Visitação, limitar, a oeste, as propriedades daquelas duas *villae*.

Infelizmente, a *villa* de Coturela foi destruída pela urbanização das Parretas.

Quanto à *villa* de S. Frutuoso, as primeiras escavações foram pouco elucidativas sobre a ocupação romana do sítio. Todavia, recentes prospecções, segundo o método de «field-walking», nos terraços agrícolas, a nordeste do monumento, permitiram recolher material da época romana.

8

A rede viária na longa duração

A rede de caminhos principais e secundários, relacionados com *Bracara Augusta* e estabelecidos no século I, perdurou, ao longo de séculos.

Na verdade, não são apenas os testemunhos arqueológicos dos caminhos principais e secundários que comprovam a importância de *Bracara Augusta*, como placa viária do Noroeste.

Testemunham este aspecto textos, documentos e factos históricos que se inserem na Antiguidade Tardia e na Idade Média.

É relevante observar que era originária de Braga, ou que aqui residiu, a religiosa Egéria que se deslocou aos lugares santos do Próximo Oriente

entre 381 e 384. Da sua viagem ficou parte do manuscrito redigido pela própria, embora o fragmento que sobreviveu apenas descreva os trajectos na zona do Monte Sinai e Palestina. O interesse desse texto é excepcional, não só porque inaugura, de certo modo, a literatura de viagens na Antiguidade Tardia, como também por ilustrar o funcionamento do *Cursus Publicus*, trave mestra dos caminhos romanos. Finalmente, não deixa de ser mais um indicador dos laços que uniam o Noroeste Hispânico ao Mediterrâneo.

Durante o domínio dos Suevos, o conjunto palatino fortificado da Falperra, de onde se controla, visualmente, o acesso a Braga pelas vias principais, que mencionámos neste texto, revela a importância estratégica da rede viária, quer em termos de defesa, quer como plataforma de onde partiam os raids dirigidos para a Lusitânia.

Outra fortificação da mesma época situava-se no afloramento granítico de Lanhoso. De facto, sob as ruínas do castelo românico, observam-se traços de um sistema defensivo anterior, que nada tem a ver com a Idade do Ferro. Aliás, na área do Castelo de Lanhoso foi recolhida uma moeda suévica.

Outro baluarte do sistema de defesa de *Bracara* dos séculos V-VII poderá ter sido o Monte das Caldas que controlava o acesso pelo litoral, dominando o trajecto da estrada da Naia.

Quanto à via que se dirigia para *Lucus Augusti* pensamos que o acesso era vigiado a partir do Castelo do Barbudo, em cuja proximidade foi descoberto um tesouro com moedas dos imperadores Constâncio, Cloro, Teodoro, Constantino I, Constante, Constâncio II, Juliano, Valente, Teodósio e Arcádio, ou seja dos séculos IV e V. Paralelamente, é referida uma ocupação da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média (Martins 1990).

Mais tarde, já no século XII a presença de Afonso Henriques em Astorga e Zamora, indica a relevância estratégica da via de *Bracara* a *Asturica*, por *Aquae Flaviae*.

Já na Baixa Idade Média, deparamos com acontecimentos que testemunham a persistência da mesma via, como eixo estratégico. Em 1387, o

exército do rei D. João I assentou arraiais em Castro de Avelãs (antiga *mansio* da via XVII), aguardando as forças do Duque de Lencastre, provenientes da Galiza. Posteriormente, os dois exércitos estacionaram em S. Pedro de Babe (antiga *statio*, de acordo com Lemos 1993), antes de atacarem o reino de Leão, tendo para o efeito atravessado o rio Maçãs (a crónica é omissa sobre o local exacto; terá sido em Porto Calçado?) e rompido por Terra de Aliste em direcção a Alcañices. Ou seja, precisamente, o trajecto da via XVII.

A luta, entre o Rei de Portugal e o da Galiza, pela posse da zona da Baixa Limia – espaço de passagem da *Via Nova* e onde se situou, na época romana, o acampamento militar de *Aquis Querquernis* (Bande) indica a manutenção deste caminho como grande eixo viário da Galicia.

Aliás, os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, assentaram, basicamente, na rede viária estabelecida na época romana.

Quanto às *viae vicinales* basta consultar a carta militar de Portugal de Portugal (edição antiga, anos 50), onde ainda se encontram bem marcadas as cangostas, bem como inúmeros caminhos rurais, múltiplos testemunhos de caminhos romanos, que só foram apagados na segunda metade do século XX.

No que diz respeito às *viae privatae*, depois de uma análise dos fotogramas mais antigos, somos levados a considerar que a nova rede de caminhos, decorrentes da consolidação da malha paroquial, terá levado ao abandono dos antigos eixos romanos.

Terá sido essa rede paroquial que assegurou a continuidade populacional no Noroeste de Portugal entre a Antiguidade Tardia (século VI/VII) e a Idade Média sobre a qual se apoiou a organização territorial astur-leonesa (século IX/X), conforme propõe Avelino Jesus da Costa (1997). Podemos referir como exemplos dessa continuidade, a basílica de S. Martinho de Dume (Braga), junto à via *Bracara* a *Lucus*; ou o templo de S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), junto à *via per loca maritima*.

9

Considerações finais

O passado não é apenas uma narrativa, escorada em palavras. De *Bracara Augusta* conservaram-se numerosos testemunhos materiais.

Da malha de caminhos principais, secundários e privados que a envolviam ainda se conservam evidências no subsolo.

Recordamos os restos de calçadas recentemente descobertos no acompanhamento da Variante à EN-14. Aliás, os dados referidos sobre as *viae privatae*, são apenas os primeiros resultados desse trabalho. Posteriormente, obtiveram-se mais elementos que pensamos divulgar logo que o acompanhamento esteja concluído (finais de 2002?).

Aproveitamos para perguntar quais são os resultados dos acompanhamentos efectuados por outros arqueólogos nas inúmeras vias abertas em redor de Braga, nestes últimos anos, na auto-estrada Braga-Guimarães, por exemplo, ou nos acessos ao novo estádio municipal, ou, ainda, na variante entre Celeirós e Nogueira?

Há, por outro lado, vestígios notórios como o troço da Via Nova, depois Caminho de Santiago, que desce da Capela da Sete Fontes até Adaúfe, cuja classificação é urgente.

O subsolo do concelho de Braga é um verdadeiro arquivo de história. Todos os cuidados são poucos se pretendemos conservar a memória.

Caso a proposta da Unidade de Arqueologia, apresentada publicamente em 31 de Outubro de 91 (Lemos 1991), tivesse sido recebido o apoio do Governo e da autarquia, a quantidade de informação disponível seria hoje muito mais vasta. De facto, grande parte das urbanizações em volta de Braga não tiveram (e continuam sem ter) o necessário acompanhamento arqueológico, pelo que nem sequer é possível apurar o que se perdeu. Infelizmente, os Institutos do Ministério da Cultura fogem da Arqueologia Urbana como o Diabo da Cruz⁹. Numa fase crucial da expansão urbana no

nosso país, nas décadas de 80 e 90, este «pavor» dos arqueólogos que ocuparam, ou ocupam, cargos directivos no ex-IPPC/IPPAR e no IPA, teve consequências muito nefastas, tanto em Braga, como em Lisboa.

Por outro lado, a aprovação cega dos PDM pela Administração Central só tem facilitado o aniquilamento do património arqueológico.

Notas

¹ Conferência organizada pela Biblioteca Pública de Braga e proferida no Museu Nogueira da Silva no dia 29 de Novembro de 2001.

² Os argumentos de Robert Étienne e de Alain Tranoy sobre o significado de *Lucus* são mais convincentes que a confusa proposta de Rodríguez Colmenero (1995).

³ Os trabalhos de acompanhamento arqueológico da construção da Variante à EN-14 foram dirigidos por Francisco Sande Lemos, José Manuel Freitas Leite e Alexandra Moreira. Os vestígios das diversas calçadas foram detectados pelo técnico Cândido Semelhe.

⁴ Pai e filho que inauguraram a dinastia dos imperadores da Líria.

⁵ A ser publicada na Revista de Guimarães.

⁶ A redacção da tese de Vasco Mantas ficou pronta antes de 1994, de modo que o autor não incluiu no seu trabalho a nova ara de Braga, encontrada no Largo de S. Francisco.

⁷ Cumpre-nos agradecer aos Drs. Manuela Delgado e Rui Morais a classificação dos materiais cerâmicos. São da responsabilidade do autor eventuais lapsos ou erros de terminologia.

⁸ Estas moedas ainda não foram tratadas, de modo a ser possível a sua classificação.

⁹ Esta afirmação já tem sido repetida em numerosos textos e em declarações à Imprensa, sem que os mesmos tenham reagido.

Bibliografia citada

- ALMEIDA, C. A. B. (1979) – A rede viária do *Conventus Bracaraugustanus* – via *Bracara Asturicam Quarta*, *Mínia*, 1.ª Série, 2 (3), Braga, pp. 61 – 163.
- CAAMAÑO GESTO, J. M. (1995/96) – El trazado de la via 18 del Itinerario de Antonino en Galicia, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 12-13, Braga, pp. 45-87.
- CAPELLA, Martins (1987) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Braga.
- COSTA, A. J. (1997) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, Braga.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1995/96) – Miliários da Geira: informação e propaganda, in Actas do Colóquio «A Rede Viária da Callaecia», *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 12-13, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, pp. 39-43.
- FONTES, Luís (1994) – Inventário dos sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga, *Mínia*, 3.ª Série, 1 (1), Braga, pp. 31-88.
- LEMONS, F. S. (1991) – Dossier *Bracara Augusta*: destruição. I., *Forum*, 9/10, UM, Braga, pp. 207-242.
- (1993) – *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- (1999) – O Contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Forum*, 25, Braga, pp. 81-94.
- MANTAS, Vasco (1996) – *A Rede Viária da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MARTINS, Manuela (1990) – *O Povoamento Proto – Histórico e Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 5, Universidade do Minho, Braga.
- MORAIS, Rui (2002) – O tesouro romano, em prata, de *Bracara Augusta* (no prelo).
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1995) – *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los Orígenes de La Ciudad de Lugo*, Ayuntamiento de Lugo, Lugo.
- (1997) – *Aquae Flaviae. I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, Câmara Municipal de Chaves.
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine*, Paris.
- (1995/96) – La Route, image et instrument du pouvoir imperial dans le nord-ouest ibérique, *Cadernos de Arqueologia*, II Série, 12-13, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, pp. 31-37.